

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL

| |
|--|
| PROCESSO n. 19.30.1511.0000376/2025-95 |
| PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL n. 90016/2026 |
| UASG n. 925892 |
| Recebimento de propostas: a partir da data da divulgação do aviso no sítio: www.compras.gov.br. |
| Abertura das propostas: às 14h (Quatorze horas), do dia 02/07/2026 (horário de Brasília). |
| Endereço eletrônico onde será realizada a sessão pública: www.compras.gov.br |
| O item 23 é de AMPLA participação e os demais itens são exclusivos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte-ME/EPP |

1. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N. 90016/2026

1.1. A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (PGJ/TO), com sede na Quadra 202 Norte, Conj. 01, Av. LO-04, Lt. 5/6, CEP. 77.006-218. Palmas - TO, torna público, para conhecimento dos interessados, que promoverá **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, sob a forma de **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (PGJ-TO)**, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento, na data, horário e endereço eletrônico acima indicados. A licitação será regida pela Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, do Ato PGJ n. 073/2022, do Ato PGJ n. 016/2023, do Ato PGJ n. 066/2023, do Ato PGJ n. 006/2025 e do Decreto n. 11.462 de 31 de março de 2023. Este Pregão será conduzido pelo Pregoeiro e respectiva equipe de apoio designados pela portaria n. 1.983, publicada no DOMP/TO n. 2300 de 12 de dezembro de 2025.

1.2. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

1.2.1. Termo de Referência - Anexo I;

1.2.2. Modelo Declaração a que se refere o art. 4º, XI, IN RFB n. 1.234 (somente para a empresa vencedora, quando esta for optante pelo SIMPLES) - Anexo II;

1.2.3. Modelo da Proposta de Preços - Anexo III;

1.2.4. Minuta da Ata de Registro de Preços - Anexo IV;

1.2.5. Minuta do Contrato - V.

1.3. Definições:

1.3.1. Sistema de Registro de Preços - SRP: conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras (inciso I do art. 2º do Decreto Federal n. 11.462/2023);

1.3.2. Ata de Registro de Preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou as entidades participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou no instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas (inciso II do art. 2º do Decreto Federal n. 11.462/2023);

1.3.3. Órgão ou entidade gerenciadora: órgão ou entidade da Administração Pública federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente (inciso III do art. 2º do Decreto Federal n. 11.462/2023).

1.4. É recomendada a leitura integral deste edital e seus anexos, uma vez que a sua inobservância, principalmente no que diz respeito à documentação exigida e à apresentação da proposta, poderá acarretar, respectivamente, a inabilitação e a desclassificação da licitante.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente pregão consiste no **Registro de Preços** para aquisição futura de eletrodomésticos e eletroeletrônicos objetivando atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins (PGJ-TO), conforme quantitativo e especificações descritos no Termo de Referência – **Anexo I**.

2.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

2.2. Todos os equipamentos e materiais utilizados na execução do objeto deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, etc., atentando-se o Fornecedor Registrado, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

2.3. É recomendada a leitura integral deste Edital e seus Anexos, uma vez que a sua inobservância, principalmente no que diz respeito à documentação exigida e à apresentação da proposta, poderá acarretar respectivamente a inabilitação e a desclassificação da licitante.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. O item 23 é de AMPLA participação e os demais grupos e itens são exclusivos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, desde que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Para fins de enquadramento da licitante como ME/EPP deverá ser observado o disposto neste edital, aplicando-se, no que couber, as disposições do Decreto Federal n. 8.538/2015.

3.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, disponibilizadas pelo provedor do sistema, com o qual também poderão se informar a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

3.4. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da PGJ/TO por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. A pessoa jurídica que não atender às condições deste edital e seus anexos;

3.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impedida de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.5.7. Agente público do Ministério Público do Estado do Tocantins;

3.5.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição (Lei n. 9.790/1999 e Acórdão n. 746/2014-TCU-Plenário).

3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n. 14.133/2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.7. A vedação de que trata o item **3.5.7.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.1. Aplicam-se na presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006, com exceção dos itens cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte.

4.2. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123/2006, e se encontra apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.2.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.2.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, as licitantes enquadradas como microempresa e empresa de pequeno porte que, no ano de realização deste pregão, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo declarar a observância desse limite.

4.4. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

5. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço total de cada item** observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme especificações constantes dos anexos deste edital.

5.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos, em especial o frete, tributos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto deste edital.

5.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

5.4. O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado, a critério da licitante, às informações complementares da proposta, observando-se prazos e condições de execução do objeto definidos no presente ato convocatório.

5.4.1. A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

5.5. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

e) Não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 ao 49, em se tratando de licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.6. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar n. 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

5.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta e/ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

5.8. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

5.9. As propostas terão validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

5.9.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

5.10. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").

6.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

6.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

6.7. O Pregoeiro desclassificará a proposta que identifique o licitante.

6.7.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.7.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.8. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 73/2022.

7.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.3.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

7.4.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.5. Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

7.6. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 7.7.

7.7. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei n. 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

7.7.1. Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

7.7.2. Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis;

7.8. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis quando ofertados valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

7.9. Mediante decisão fundamentada registrada no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 7.7.

7.10. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.10.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 7.1. deste Edital.

- 7.11.** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 7.12.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 7.13.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 7.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.16.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial, na Receita Federal. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538/2015.
- 7.16.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.16.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.16.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.16.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.16.5.** O item 23 será destinado à ampla concorrência, enquanto o item 24 corresponderá à cota de 25% do objeto, assegurando a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 7.16.6.** Em relação à Cota Principal (Ampla) e Cota Reservada (ME/EPP) (§ 2º, § 3º e § 4º do art. 8º do Decreto Federal n. 8.538/2015) e conforme Referência Normativa: Previsão expressa de adoção do Decreto Federal e da Resolução n. 181/2015– TCE/TO no caso de:
- a) Fracasso da Cota Reservada: Caso não haja vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante da sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado da cota principal;
 - b) Vencedor da cota principal e cota reservada: Se a mesma empresa vencer a cota principal e a cota reservada, a contratação de quaisquer das cotas deverá ocorrer pelo preço da que tenha sido menor;
 - c) Prioridade de Contratação: Nas licitações por Sistema de Registro de Preços ou por entrega parceladas, o edital deve prever expressamente a prioridade de aquisição dos produtos oriundos da cota reservada, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada, devidamente justificado.
- 7.17.** Somente poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.17.1.** Havendo empate entre as ofertas, o critério de desempate será o previsto no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, nesta ordem:
- a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.18. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.18.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.18.2. Empresas brasileiras;

7.18.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.18.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n. 12.187/2009.

7.19. Em caso de empate entre as propostas classificadas, após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, será realizado sorteio eletrônico no sistema gov.br/compra, conforme disposto na Instrução Normativa n. 79/2024.

7.19.1. O sorteio será realizado de forma aleatória e pública, sendo a ordem de classificação definida pelo sistema.

7.19.2. A participação no sorteio será obrigatória para todas as propostas empatadas.

7.19.3. O resultado do sorteio será divulgado no sistema gov.br/compra, sendo disponibilizado aos participantes e ao público em geral.

7.19.4. A ata do sorteio conterá a relação das propostas empatadas, a ordem em que foram sorteadas e a data e hora da realização do sorteio.

8. DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei n. 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante mais bem classificado.

8.1.1. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço estimado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado ao processo administrativo.

8.4. Finalizada a negociação, o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

8.5. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1. O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser prorrogado motivadamente pelo Pregoeiro, a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal por parte do licitante.

9.1.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.3. A proposta de preços deverá conter:

a) Descrição clara e detalhada do produto/serviço ofertado, em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo I), de forma a viabilizar a análise de sua conformidade, com indicação do **fabricante/marca/modelo**, da quantidade, prazo de entrega, garantia e demais características dos produtos/serviços, no que for aplicável;

b) Número do Pregão Eletrônico, identificação social, número do CNPJ responsável pela execução do objeto, assinatura do representante legal da proponente, telefone, endereço, dados bancários, e endereço eletrônico (e-mail);

c) Indicação do responsável pela assinatura do contrato, se for o caso, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular, com poderes para assinatura do instrumento, em nome da proponente;

d) Indicação do preço em Real, com valores unitário e total do item, bem como do valor total da proposta, em algarismos e por extenso, calculados com duas casas decimais;

e) Declaração de que, no preço da proposta, estão compreendidos, integralmente, os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

9.2. O Pregoeiro poderá diligenciar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos/equipamentos ofertados.

9.3. Caso a proposta não seja enviada no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e se sujeitará às sanções previstas neste edital.

9.4. A proposta será desclassificada quando:

I - Contiver vício insanável;

II - Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

III - Não tiver sua exequibilidade comprovada, quando exigido pelo Pregoeiro;

IV - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital, desde que insanável.

9.5. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas nesse edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

9.5.1. Caso seja necessário realizar análise técnica do objeto ofertado e sua conformidade com as especificações desse edital, será colhida manifestação do setor demandante da aquisição/contratação ou da área técnica especializada no objeto.

9.5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante e implicará na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo a licitante o compromisso pela adequada execução do objeto.

9.6. Os preços estimados estabelecidos pela Procuradoria-Geral de Justiça no Termo de Referência devem ser observados pelo licitante, pois serão considerados os preços máximos a serem contratados pelo item e grupo de itens, se for o caso.

9.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.8. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

9.9. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

9.10. A inexequibilidade da proposta somente será considerada após diligência do Pregoeiro que comprove:

I - Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

II - Não existirem custos de oportunidade que justifiquem a elevada oferta.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

a) Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para formação de Ata Registro de Preço, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

10.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

b) Habilitação jurídica:

10.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo território nacional;

10.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

10.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

c) Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

10.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas.

10.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n. 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

10.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual ou municipal relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11. DO RECURSO

11.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

11.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

11.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 11.1. deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

11.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 11.1.2.

11.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

11.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

11.2.2. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.3. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, que, se não reconsiderar o ato/decisão no prazo de 3 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 dias úteis, contados do recebimento dos autos.

11.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei n. 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio eletrônico, pelo e-mail cpl@mpto.mp.br.

12.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico do MPTO, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO/ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 601.781,19 (Seiscentos e um mil, setecentos e oitenta e um Reais e dezenove centavos)**.

13.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual 2026, classificada na programação orçamentária a seguir:

Unidade Gestora: 07010 - Procuradoria-Geral de Justiça

Ação: 03.091.1170.10820000 - Adequações físicas e mobiliárias das unidades do Ministério Público.

Natureza da Despesa: 4.4.90.52 Equipamentos e material permanente e 3.3.90.30 - Material de consumo

Fonte: 0500 - Recursos Ordinários.

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. DA ASSINATURA ELETRÔNICA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou CONTRATO

14.1. O licitante vencedor será convocado para assinar eletronicamente a ata de registro de preços e/ou contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.

14.1.1. O prazo para assinatura eletrônica estabelecido no item 14.1 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada do fornecedor, apresentada tempestivamente dentro do prazo inicial de assinatura e aceita pela Administração.

14.1.2. A assinatura da ata de registro de preços e/ou contrato será realizada exclusivamente por meio eletrônico, utilizando-se o Sistema Eletrônico de Informações - SEI. O licitante vencedor deverá providenciar seu cadastro como usuário externo no SEI, caso ainda não o possua, para viabilizar a assinatura eletrônica.

14.1.3. Caso a licitante vencedora convocada não assine eletronicamente a ata de registro de preços e/ou contrato no prazo estabelecido no item 14.1, é facultado à Administração, por intermédio do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei n. 14.133/2021.

14.2. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar eletronicamente o instrumento contratual no prazo estabelecido no item 14.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará à multa de 5% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

14.3. Por ocasião da assinatura eletrônica da ata de registro de preços e/ou contrato, a Administração verificará, por meio do SICAF e de outros meios, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e se atende ao disposto nos §§ 2º e 4º do art. 91 da Lei n. 14.133/2021.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da PGJ/TO, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PGJ/TO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na PGJ/TO.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no endereço eletrônico [https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1].

15.10. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, por meio do e-mail cpl@mpto.mp.br ou fone: (63) 3216-7619.

15.11. As sanções administrativas, regime de execução, obrigações das partes, fiscalização e gestão e critérios de pagamento estão dispostos no Termo de Referência.

Palmas-TO, 18 de junho de 2026.

Ricardo Azevedo Rocha

Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O objeto desta contratação trata-se de promover o Registro de Preços, através do Pregão Eletrônico, para aquisição futura de eletrodomésticos e eletroeletrônicos objetivando atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins (PGJ-TO), conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. Especificação Detalhada do Objeto:

| GRUP O | ITEM | Descrição Completa do Objeto | QTD | VALOR UNITÁR IO | Valor Total para 12 (doze) meses | Un | Classe Catmat | Item Catmat |
|-----------|------|---|-----|-----------------------|--|----|--|---------------------------------|
| - | 1 | TELEVISÃO - SMART TV - ULTRA HD 4K; POLEGADA 70 smart tv - ultra hd 4k; tamanho tela em polegada: 70 polegadas; tipo da tela: UHD ou LED Crystal. Voltagem: Bivolt ou 220 volts; acessórios: Cabo; manuais; Controle Remoto; conversor integrado para tv digital; rede wi-fi integrado; porta usb e hdmi. Garantia mínima de 12 meses. Exclusiva para ME e EPP. | 6 | R\$ 4.739,41 | R\$ 28.436,46 | UN | 7730 - Fonógrafo s, Rádios e Televisore s de Tipo Doméstico | 603485 - Televisor 70 POL |
| | 2 | TELEVISÃO - SMART TV - ULTRA HD 4K; POLEGADAS 85 smart tv - ultra hd 4k; tamanho tela em polegada: 85 polegadas; tipo da tela: UHD ou LED Crystal ; opcionais: sem opcionais; Voltagem: | 6 | R\$ | R\$ | UN | 7730 - Fonógrafo s, Rádios e | 460902 - Televisor |

| | | | | | | | | |
|---|---|--|---|-----------------|------------------|----|--|---------------------------|
| - | | Bivolt ou 220 volts. acessórios: Cabo; manuais; Controle Remoto; conversor integrado para tv digital; rede wi-fi integrado; porta usb e hdmi. Garantia mínima de 12 meses. Exclusiva para ME e EPP. | | 8.380,95 | 50.285,70 | | Televisores de Tipo Doméstico | 85 POL |
| - | 3 | TELEVISÃO - SMART TV - ULTRA HD 4K; POLEGADAS 55 smart tv - ultra hd 4k; tamanho tela em polegada: 55 polegadas; tipo da tela: UHD ou LED Crystal. Voltagem: Bivolt ou 220 volts; acessórios: Cabo; manuais; Controle Remoto; conversor integrado para tv digital; rede wi-fi integrado; porta usb e hdmi. Garantia mínima de 12 meses. Exclusiva para ME e EPP. | 6 | R\$ 3.193,69 | R\$ 19.162,14 | UN | 7730 - Fonógrafo s, Rádios e Televisores de Tipo Doméstico | 611855 - Televisor 55 POL |
| | | TELEVISÃO - SMART TV - ULTRA HD 4K; POLEGADAS 43 smart tv - ultra hd 4k; tamanho tela em polegada: 43 polegadas; tipo da tela: UHD ou LED Crystal. Voltagem: Bivolt ou 220 | | | | | 7730 - Fonógrafo | 479242 - |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|----|--------------|---------------|----|---|---|
| - | 4 | volts; acessórios: Cabo; manuais; Controle Remoto; conversor integrado para tv digital; rede wi-fi integrado; porta usb e hdmi. Garantia mínima de 12 meses. Exclusiva para ME e EPP. | 10 | R\$ 2.246,44 | R\$ 22.464,40 | UN | s, Rádios e Televisores de Tipo Doméstico | Televisor 43 POL |
| - | 5 | PEDESTAL PARA TV de 32 a 75 Polegadas. Suporte videoconferência com rodízios pedestal de chão para TV; Bandeja de apoio para DVD player, blu-ray, notebook; Bandeja superior para webcam; Ajuste altura da TV; Ajuste altura da webcam; Passagem interna para fiação; Livre regulagem de altura da bandeja; Rodízios para movimentar o pedestal sobre superfícies planas. Altura do chão ao centro da base do monitor (altura mínima 1100mm e Máxima 1500mm); Intervalos de regulagem de altura a cada 50mm. Garantia mínima de 12 meses. Exclusiva para ME e EPP. | 40 | R\$ 902,17 | R\$ 36.086,80 | UN | 7105 - Mobiliário doméstico | 472935 - Suporte de videocassete/ televisão |
| | | SUPORTE PARA TV com fixação em teto, balcão ou rack, com regulagem telescópica de altura, rotação 360°, | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|----|--------------|---------------|----|---|---|
| - | 6 | inclinação ajustável e capacidade para TVs de 10" a 60", confeccionado em aço carbono com pintura eletrostática, com passagem interna de cabos e compatibilidade com padrão VESA até 400 x 400 mm. Garantia mínima de 12 meses. Exclusiva para ME e EPP. | 40 | R\$ 438,98 | R\$ 17.559,20 | UN | 7105 - Mobiliário doméstico | 472935 - Suporte de videocassete/ televisão |
| - | 7 | CAFETEIRA AUTOMÁTICA ELÉTRICA INDUSTRIAL 6 LITROS- Características: Matéria Prima: Aço Inox, Capacidade: 6 litros; Potência: Máximo de 1500 w; Alimentação: 220V ou bi volt; Consumo Máximo 1,5 KW/h. Garantia mínima de 12 meses. Exclusiva para ME e EPP. | 20 | R\$ 1.134,29 | R\$ 22.685,80 | UN | 7310 - Equipamentos para cozinhar, assar e servir alimentos | 390148 - Cafeteira elétrica 6L |
| - | 8 | ROTULADOR ELETRÔNICO PORTÁTIL profissional com cortador automático e conexão ao computador via USB e Wifi com utilização de fitas TZe. Bateria (BA-E001) inclusa; Dimensões mínimas 12,5cm x 25,cm x 9,4cm. Garantia mínima de 12 meses. Exclusiva para ME e EPP. | 2 | R\$ 2.661,43 | R\$ 5.322,86 | UN | 7510 - Artigos Para Escritório | 344733 - Rotulador 15 Un. Eletrônico |
| | | FITA ETIQUETADORA | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|----|---|-----|---------------|------------------|----|--|---|
| - | 9 | Medidas: 18mm x 8m; Cor: Escrita preta sobre fundo branco - Compatível com ROTULADOR/ETIQUETADOR ELETRÔNICO DE USO PROFISSIONAL modelo P-touch PT-E500. Garantia mínima de 12 meses. Exclusiva para ME e EPP. | 100 | R\$ 135,86 | R\$ 13.586,00 | UN | 7510 - Artigos Para Escritório | 622188 - Fita Adesiva |
| - | 10 | VENTILADOR DE COLUNA- Características: com regulagem de altura, com no mínimo 6 pás, 40 cm de diâmetro, voltagem: 220 v ou bivolt, mínimo de 3 velocidades, eficiência energética a, potência mínima 80w; cor da estrutura: preto. Garantia mínima de 12 meses. Exclusiva para ME e EPP. | 10 | R\$ 314,21 | R\$ 3.142,10 | UN | 4140 - Ventiladores, Circuladores de Ar e Ventoinhas | 470674 - Ventilador Tipo: Coluna |
| | | FRAGMENTADORA DE PAPEL profissional com alimentador automático para, no mínimo, 150 folhas A4 (75 g/m²) e boca manual com capacidade mínima para 10 folhas. Deve utilizar sistema de microcorte nível P-5 da norma DIN 66399 (tamanho de partícula até 2 × 15 mm) ou superior, adequada à destruição de documentos sigilosos. Deve aceitar grampos pequenos, cliques metálicos e cartões | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|----|---|---|-----------------|------------------|----|--|--|
| - | 11 | <p>plásticos, possuir detecção e reversão automática de atolamento, proteção térmica contra sobrecarga, travamento de segurança, e parada automática ao abrir o compartimento. Deve conter indicadores luminosos ou sonoros de status, incluindo alerta de cesto cheio, porta aberta e superaquecimento. O ciclo de funcionamento contínuo deve ser de, no mínimo, 30 minutos no modo auto-feed, com velocidade mínima de 1,5 m/min e nível de ruído inferior a 60 dB. O cesto coletor deve possuir capacidade mínima de 30 litros, com visor transparente de enchimento e rodízios para deslocamento. As lâminas de corte devem ser fabricadas em aço temperado com sistema de autolimpeza ou equivalente, estrutura externa em gabinete metálico ou polímero de alta resistência, e sistema de economia de energia com modo de espera automático. Alimentação bivolt (127/220 V - 60 Hz), com potência compatível ao ciclo de uso contínuo. Deve acompanhar manual em português, kit inicial de lubrificação (folhas ou óleo).</p> <p>Garantia mínima de</p> | 9 | R\$ 4.856,32 | R\$ 43.706,88 | UN | 7490 - Máquinas diversas para escritório | 611787 - Fragmentadora de papel Metal/Plástico |
|---|----|---|---|-----------------|------------------|----|--|--|

| | | | | | | | | |
|---|----|--|----|------------|---------------|----|---|--|
| | | 12 meses. Exclusiva para ME e EPP. | | | | | | |
| - | 12 | FORNO MICRO-ONDAS 30 LITROS- Capacidade total mínima 30 litros, mínimo de 800w de potência, funções de timer, luz interna, painel de controle eletrônico de fácil manuseio, funções descongelamento e cozimento pré-programado, prato giratório, relógio, trava de segurança, tecla início rápido; Classificação de eficiência energética nível A emitido pelo programa Brasileiro de Etiquetagem PBE do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO; Cor: branca, tensão bivolt ou 220V. Garantia mínima de 12 meses. Exclusiva para ME e EPP. | 20 | R\$ 829,10 | R\$ 16.582,00 | UN | 7310 - Equipamentos para cozinhar, assar e servir alimentos | 445383 - Forno Microondas 30L |
| - | 13 | FOGÃO 04 BOCAS- Mesa em aço inox; Forno Autolimpante; Visor total na porta do forno; Nº de bocas: 4(quatro); Tampa de Vidro ; Grade deslizante; Pés niveladores Cor: branca. Garantia mínima de 12 meses. | 10 | R\$908,21 | R\$ 9.082,10 | UN | 7310 - Equipamentos para cozinhar, assar e servir alimentos | 399202 - Fogão Gás, 4 bocas, Material: Chapa Aço |
| | | LIQUIDIFICADOR- 15 velocidades; mínimo de 1200 W de potência; | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|----|---|----|-----------------|------------------|----|--|--|
| - | 14 | capacidade mínima do copo de 3 litros; mínimo de 4 lâminas em aço inox; função pulsar; material do copo: Polipropileno ou Acrílico; cor preta, Voltagem: 220. Garantia mínima de 12 meses. Exclusiva para ME e EPP. | 12 | R\$ 251,64 | R\$ 3.019,68 | UN | 7320 - Equipamentos e aparelhos de cozinha | 607776 - Liquidificador Capacidade: 3L |
| - | 15 | PURIFICADOR DE ÁGUA NATURAL E GELADA na cor branca ou preta. Fornecer água gelada e natural; Refil de dupla filtragem 2 em 1 que filtra, purifica, reduz cloro, odores e sabores, mata germes, bactérias e elimina metais pesados, com vida útil de 4000 (quatro mil) litros; Reservatório mínimo de 2 litros; Temperatura média de saída da água de 8 °C; Sistema de refrigeração por compressor; Capacidade para 15 pessoas; Kit de instalação para fixação na parede, sem necessidade de suporte adicional; Alimentação: bivolt ou 220 V; Sistema pressurizado com reservatório de água hermético; Acionamento por manoplas frontais individuais gelada e natural; Serpentina externa do reservatório; Conexão metálica T ½ ; Certificação de acordo com a norma NBR 16.098/2012. | 20 | R\$ 1.515,36 | R\$ 30.307,20 | UN | 4610 - Equipamentos para purificação de água | 357891 - Aparelho Purificador de Água, 2L, Tipo: Dupla Filtragem |

| | | | | | | | | |
|---|----|--|-----|--------------|-----------------|----|--|--|
| | | <p>Marca/Modelo de Referência: Soft / Star By Everest ou similar da mesma qualidade ou de qualidade superior.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses.</p> | | | | | | |
| - | 16 | <p>REFIL - FILTRO PURIFICADOR DE ÁGUA- Modelo Soft Star com durabilidade de 6 a 9 meses ou 3 a 4 mil litros. Garantia mínima de 12 meses.</p> <p>Exclusiva para ME e EPP.</p> | 200 | R\$ 42,14 | R\$ 8.428,00 | UN | 4610 - Equipamento para purificação de água | <p>449088</p> <p>Peças e Acessórios Purificador de Água</p> <p>Aplicação: Purificador de Água Masterfrio</p> <p>Tipo: Filtro Refil</p> |
| - | 17 | <p>MANGUEIRA, atóxicas-com dimensão de 9,5 mm x 6,35 mm, conforme os padrões técnicos exigidos para as instalações de purificadores. Garantia mínima de 12 meses.</p> <p>Exclusiva para ME e EPP.</p> | 200 | R\$ 18,14 | R\$ 3.628,00 | M | 4610 - Equipamentos para purificação de água | <p>449088</p> <p>Peças e Acessórios Purificador de Água</p> <p>Aplicação: Purificador de Água Masterfrio</p> <p>Tipo: Filtro Refil</p> |
| | | <p>CHALEIRA ELÉTRICA com controle de temperatura, confeccionada em plástico termo resistente de alta durabilidade, com capacidade mínima de 2 litros e potência</p> | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|----|---|----|---------------|-----------------|----|---|--------------------|
| - | 18 | <p>igual ou superior a 1.800 W, destinada ao aquecimento rápido de água para uso geral, incluindo preparo de bebidas quentes como chimarrão, café e chá. Deve possuir controle ajustável de temperatura com opção para diferentes níveis de aquecimento, função de desligamento automático ao atingir a temperatura selecionada, sistema de proteção contra superaquecimento, indicador luminoso de funcionamento e marcação visível do nível de água. O equipamento deverá apresentar base de apoio estável com rotação de 360°, resistência oculta para facilitar a limpeza, filtro interno removível para retenção de impurezas e alça ergonômica com isolamento térmico para manuseio seguro. Deve operar em tensão de 220 V, possuir baixo nível de ruído, baixo consumo de energia e design funcional e compacto, adequado para uso em cozinhas, copas e áreas administrativas.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses. Exclusiva para ME e EPP.</p> | 40 | R\$ 200,92 | R\$ 8.036,80 | UN | 7330 Utensílios de Cozinha, Refeitório e Afins | 474941 Chaleira |
| | | DATADOR MANUAL INKJET PORTÁTIL, tipo jato de tinta | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|----|---|---|-----------------|------------------|----|--|-------------------|
| - | 19 | <p>térmico, destinado à impressão direta de informações variáveis como datas, horários, números de série, lotes, códigos de barras, QR Codes, logotipos e textos personalizados em diversas superfícies, planas ou curvas, de materiais como plástico, papel, metal, vidro, madeira, couro, tubos e cabos. O equipamento deverá possuir tensão bivolt automático (127V/220V - 60Hz), potência máxima de 5W, operar em faixa de temperatura entre 10 e 38 °C e umidade relativa de 10% a 90%, com cabeça de impressão térmica de 2,5, altura de impressão ajustável entre 2 e 12,7 mm, distância de impressão de 2 a 5 mm, resolução mínima de 600 dpi e velocidade mínima de 70 metros por minuto. Deverá dispor de capacidade de armazenamento de, no mínimo, 1000 mensagens pré-definidas e até 2000 caracteres por processo, com interfaces externas USB e RS232 (ou equivalentes), sistema operacional embarcado baseado em Linux e processador de desempenho equivalente a Quad Core 1.4 GHz. Deve oferecer suporte a múltiplos idiomas,</p> | 3 | R\$ 7.802,68 | R\$ 23.408,04 | UN | 6645 Instrumentos para medição de tempo | 230188 Datador |
|---|----|---|---|-----------------|------------------|----|--|-------------------|

| | | | | | | | | |
|---|----|--|----|-----------------|------------------|----|---|---------------------------|
| | | incluindo Português (Brasil), Inglês e Espanhol. A alimentação deve ser feita por bateria recarregável de íon-lítio com tensão nominal mínima de 16,8 V e autonomia mínima de 4 horas de uso contínuo ou 8 horas em modo de espera. O equipamento deverá apresentar formato ergonômico, leve e portátil, de operação manual, sem necessidade de suporte fixo. Garantia mínima de 24 meses. Exclusiva para ME e EPP. | | | | | | |
| - | 20 | CARTUCHO PARA IMPRESSORA INKJET à base de tinta solvente - tintas preta e branca, compatível com equipamentos de jato de tinta térmico, destinado à impressão de textos, códigos, logotipos e QR Codes em superfícies diversas como metais, plásticos, vidros, caixas, concreto e papéis. Deve possuir resolução mínima de 600 dpi, cores preta e branca, rendimento médio superior a 800.000 caracteres, operar entre 10 e 38 °C, e permitir substituição rápida sem necessidade de manutenção técnica. Compatível com datadores e impressoras inkjet portáteis de mesma tecnologia, | 30 | R\$ 1.036,55 | R\$ 31.096,50 | UN | 7490 Máquinas Diversas para Escritório | 356441 Carimbo Datador |

| | | | | | | | | |
|---|----|---|----|-----------------|------------------|----|---|--------------------------------|
| | | garantindo equivalência de desempenho, nitidez e aderência. Garantia mínima de 12 meses. Exclusiva para ME e EPP. | | | | | | |
| - | 21 | <p>PROJETOR MULTIMÍDIA PORTÁTIL com tecnologia 3LCD ou equivalente, destinado à projeção de imagens e vídeos em ambientes administrativos, educacionais ou de treinamento. Deve possuir brilho mínimo de 3.600 lúmens em branco e em cores, resolução nativa XGA (1024 × 768 pixels) e relação de aspecto 4:3, com contraste mínimo de 15.000:1 e capacidade de reprodução de até 1 bilhão de cores. O equipamento deve operar em modo frontal, traseiro ou para montagem no teto, com vida útil mínima da lâmpada de 12.000 horas em modo econômico e potência máxima de 350 W, alimentado por tensão de 100 a 240 V AC (50/60 Hz).</p> <p>Deve dispor de entrada HDMI para transmissão de áudio e vídeo de alta definição, além de entradas VGA (D-Sub 15 pinos), vídeo composto (RCA), USB tipo B e entradas de áudio</p> | 15 | R\$ 4.465,01 | R\$ 66.975,15 | UN | 7490 Máquinas Diversas para Escritório | 446924 Projektor Multimídia |

| | | | | | | | | |
|---|----|---|---|-----------------|------------------|----|--|--------------------------------------|
| | | <p>estéreo. Deve possuir alto-falante embutido de, no mínimo, 5 W, correção automática de keystone (mínimo de $\pm 30^\circ$ vertical e horizontal) e recurso de ajuste de imagem tipo Quick Corner ou equivalente.</p> <p>O projetor deve permitir tamanho de projeção ajustável entre 15" e 350", com distância de projeção aproximada de 0,9 m a 10,4 m, nível de ruído máximo de 37 dB, peso máximo de 3 kg e dimensões aproximadas de 30 x 25 x 9 cm. Deve possuir estrutura robusta, design compacto e trava de segurança tipo Kensington ou similar. Acompanha controle remoto com pilhas, cabo de alimentação e manual de instalação. Garantia mínima de 12 meses.</p> <p>Exclusiva para ME e EPP.</p> | | | | | | |
| - | 22 | <p>MÁQUINA DE POLIR CALÇADOS: Aço Inoxidável; 2 escovas; Diâmetro das escovas: 145 x 145; mm; Dimensões mínimas: 35x28x22 (CXAXL)- Altura 90 cm; Características Adicionais: Motor 1/6 cv E Sistema Contra Aquecimento Tensão Alimentação: 220v ou Bivolt. Garantia</p> | 4 | R\$ 3.101,67 | R\$ 12.406,68 | UN | 3520 Equipamentos para conserto de calçados | 449997- Máquina de Polir Calçados |

| | | | | | | | | |
|---|----|---|----|--------------|---------------|----|--------------------------------------|------------------------|
| | | mínima de 12 meses. Exclusiva para ME e EPP. | | | | | | |
| - | 23 | FRIGOBAR na cor branca; Nível de consumo "A" conforme regulamentação do INMETRO; capacidade interna mínima 120 litros; com congelador, controle de temperatura; prateleiras removíveis; prateleira na porta; gaveta multiuso e pés estabilizadores; Cor: branca; Alimentação: Bivolt ou somente 220V; Marca/modelo de referência: ELECTROLUX RE120. Garantia mínima de 12 meses. Ampla participação. | 45 | R\$ 1.922,54 | R\$ 86.514,30 | UN | 4110 - Equipamento Para Refrigeração | 431266 - Frigobar 120L |
| | 24 | FRIGOBAR na cor branca; Nível de consumo "A" conforme regulamentação do INMETRO; capacidade interna mínima 120 litros; com congelador, controle de temperatura; prateleiras removíveis; prateleira na porta; gaveta multiuso e pés estabilizadores; Cor: branca; Alimentação: Bivolt ou somente 220V; Marca/modelo de referência: ELECTROLUX RE120. Garantia mínima de 12 meses. Cota de 25% para participação de microempresa e empresa de pequeno | 15 | R\$ 1.922,54 | R\$ 28.838,10 | UN | 4110 - Equipamento Para Refrigeração | 431266 - Frigobar 120L |

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|---|
| | | <p>porte (artigo 48, inciso III, da Lei Complementar n. 123/2006).</p> | | | | | |
| | | <p>QUADRO DE AVISOS</p> <p>tipo mural, destinado ao uso corporativo e institucional para fixação de comunicados, informativos e documentos diversos, confeccionado com moldura em alumínio anodizado ou com tratamento equivalente de proteção superficial, garantindo resistência à corrosão, leveza estrutural e durabilidade. O fundo do quadro deverá ser composto por base em eucatex com espessura mínima de 10 mm, revestido com chapa de aço, proporcionando superfície adequada para fixação de materiais por meio de ímãs ou outros dispositivos compatíveis, bem como resistência mecânica ao uso contínuo.</p> <p>A moldura deverá possuir acabamento uniforme, com cantos arredondados ou protegidos por ponteiros plásticos de alta resistência, evitando arestas cortantes e proporcionando maior segurança no manuseio. O conjunto deverá apresentar sistema de</p> | | | | | <p>7195</p> <p>Mobiliário</p> <p>613769</p> |

| | | | | | | | | |
|---|----|--|----|---------------|-----------------|----|-------------------------|------------------|
| - | 25 | <p>fixação adequado para instalação em parede, com pontos de ancoragem reforçados e compatíveis com superfícies usuais, garantindo estabilidade e segurança após instalado.</p> <p>O quadro deverá apresentar superfície plana, sem ondulações, empenamentos ou imperfeições, garantindo boa apresentação visual e funcionalidade para exposição de informações. O acabamento deverá ser uniforme, com boa aderência dos materiais e sem deslocamentos.</p> <p>Dimensões mínimas de 1500 mm de comprimento por 900 mm de altura, admitindo variações compatíveis com padrões de fabricação. O conjunto deverá apresentar excelente padrão de acabamento, resistência ao uso contínuo e durabilidade compatível com ambientes institucionais. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Exclusiva para ME e EPP.</p> | 15 | R\$ 254,54 | R\$ 3.818,10 | UN | s diversos e acessórios | Quadro de Avisos |
| | | QUADRO BRANCO destinado ao uso em ambientes educacionais | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|----|--|----|---------------|-----------------|----|--|----------------------------|
| - | 26 | <p>e institucionais, especialmente em salas de aula, confeccionado em vidro temperado de alta resistência, com espessura compatível com o porte do equipamento, garantindo segurança, durabilidade e excelente desempenho para escrita e apagabilidade. A superfície deverá ser lisa, não porosa, resistente a manchas, riscos e ghosting (marcas residuais de tinta), permitindo fácil limpeza e reutilização contínua sem perda de qualidade.</p> <p>A moldura deverá ser confeccionada em alumínio anodizado ou com tratamento equivalente de proteção superficial, proporcionando leveza estrutural, resistência à corrosão e acabamento uniforme. Os cantos deverão ser arredondados ou protegidos por ponteiros plásticos de alta resistência, evitando arestas cortantes e garantindo segurança no uso.</p> <p>O quadro deverá ser dotado de suporte inferior para acomodação de apagador e pincéis, confeccionado em material resistente, devidamente fixado à</p> | 20 | R\$ 360,11 | R\$ 7.202,20 | UN | 7110 Mobiliário para escritório | 613732 Quadro Branco |
|---|----|--|----|---------------|-----------------|----|--|----------------------------|

| | | | | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|--|
| | | <p>estrutura, permitindo organização e fácil acesso aos acessórios.</p> <p>O conjunto deverá possuir sistema de fixação para instalação em parede, com pontos de ancoragem reforçados e compatíveis com superfícies usuais, garantindo estabilidade, alinhamento e segurança após instalado.</p> <p>O produto deverá apresentar superfície perfeitamente plana, sem distorções ópticas relevantes, bolhas ou imperfeições, com excelente padrão de acabamento e aderência dos componentes.</p> <p>Dimensões mínimas de 1500 mm de largura por 1200 mm de altura, admitindo variações compatíveis com padrões de fabricação. O conjunto deverá apresentar resistência ao uso contínuo em ambiente institucional, mantendo suas características funcionais ao longo do tempo. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Exclusiva para ME e EPP.</p> | | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|--|

1.3. Os objetos desta contratação não se enquadram como bens de luxo, conforme o Decreto Federal nº 10.818/2021, adotado no âmbito do MPTO pelo Ato PGJ nº 036/2022.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

1.6. O prazo de vigência do contrato será de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

1.7. Em caso de reajustamento de preços, o índice aplicável será o IPCA/IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, observando-se como data-base o orçamento estimado apurado no mapa de preços, nos termos do art. 92, inciso V, e § 3º, da Lei nº 14.133/2021, vedada a aplicação de reajuste em período inferior a 1 (um) ano, contado da data-base.

1.8. Verificou-se que apenas um item apresentou valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), razão pela qual foi realizada a sua divisão em dois itens distintos, em observância à Lei Complementar nº 123/2006, de modo a assegurar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.

1.8.1. O item 23 será destinado à ampla concorrência, enquanto o item 24 corresponderá à cota de 25% do objeto, assegurando a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

1.8.2. Os demais itens do certame possuem valor estimado inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

1.9. O Catálogo de Materiais (CATMAT) possui limitação, cuja descrição nem sempre atende às especificidades das aquisições do MPTO. Caso haja divergência entre as especificações do CATMAT e do TR, prevalecerão as especificações que constam do Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação trata da aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, com o objetivo de atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Tocantins (PGJ-TO), proporcionando um ambiente de trabalho seguro e confortável, assegurando a funcionalidade e o bem-estar dos usuários das instalações.

2.2. De início, há que se considerar que a PGJ-TO está promovendo adequações nos espaços físicos, com vistas à modernização e à melhor utilização dos ambientes institucionais. Nesse contexto, considerando que os servidores costumam permanecer entre 6 (seis) e 8 (oito) horas diárias em seus locais de trabalho, torna-se imprescindível assegurar condições mínimas que garantam um ambiente salubre, arejado e ergonomicamente adequado. Tais condições são fundamentais para a preservação da saúde ocupacional, para a prevenção de desconfortos e afastamentos, bem como para a manutenção da produtividade e da qualidade na execução das atividades institucionais. Ademais, a adequada estrutura física contribui diretamente para a prestação de um atendimento mais eficiente, organizado e digno ao público em geral, refletindo positivamente na imagem e na atuação da instituição.

2.3. Ademais, verifica-se a necessidade de reposição de eletroeletrônicos mais antigos e com funcionalidades comprometidas (fragmentadoras, televisores e ventiladores), atualmente em uso nas dependências da PGJ-TO, os quais apresentam desgaste natural acentuado e não contam mais com cobertura de garantia ou suporte, tornando necessária sua substituição.

2.4. A vida útil de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, em condições normais de uso, é estimada em 10 (dez) anos. Entretanto, no caso de equipamentos destinados ao atendimento de grande número de usuários, como ocorre na presente situação, observa-se maior depreciação e, conseqüentemente, redução da vida útil esperada, o que enseja a substituição periódica de itens que se tornam irre recuperáveis e/ou antieconômicos. Ademais, pretende-se adquirir equipamentos com elevado nível de eficiência energética, de modo a assegurar menor consumo de energia elétrica.

2.5. Nesse contexto, a Área de Patrimônio realiza o levantamento periódico das potenciais necessidades de bens no âmbito do MPTO, tendo em vista que centraliza o recebimento das solicitações desses itens. Esse processo contempla a eventual aquisição de equipamentos eletroeletrônicos e eletrodomésticos essenciais à manutenção das atividades institucionais, tais como televisores, trituradoras de papel, liquidificadores, micro-

ondas, ventiladores e máquinas de café, entre outros.

2.6. A iniciativa visa tanto à substituição de equipamentos que atingiram o fim de sua vida útil quanto ao aparelhamento de ambientes novos. Ressalte-se que a aquisição desses itens está diretamente relacionada à melhoria do ambiente de trabalho, ao fortalecimento do clima organizacional e à motivação dos integrantes, contribuindo de forma efetiva para o funcionamento eficiente das unidades e para a qualidade do atendimento prestado a servidores, colaboradores e ao público em geral.

Análise do Modelo Atual de Contratação

2.7. O processo anterior de contratação foi autuado sob o número Sei **19.30.1511.0000073/2024-34**, o qual resultou nas Atas de Registro de Preços (ARP's) **070/2024 a 080/2024**, cuja vigência está compreendida entre os dias 23 de agosto e 2 de setembro de 2025.

2.8. As atas foram firmadas com diversos fornecedores, contemplando a aquisição dos seguintes itens:

- **Ata 070/2024:** quatro televisores de 70 polegadas, quatro televisores de 85 polegadas e dez televisores de 43 polegadas, firmada com a empresa LM Pereira Licita;
- **Ata 071/2024:** vinte frigobares e dez refrigeradores, com a empresa Licitta Produtos Ltda;
- **Ata 072/2024:** vinte cafeteiras automáticas, com a empresa CB Eletro e Informática Ltda;
- **Ata 073/2024:** cinco cafeteiras expressas elétricas em cápsula, fornecidas pela empresa XD Construções Ltda;
- **Ata 074/2024:** uma rotuladora eletrônica portátil e dez ventiladores de coluna, com a empresa Wadson Ribeiro de Freitas;
- **Ata 075/2024:** trinta fragmentadoras de papel, firmada com a empresa VLF Máquinas e Soluções Empresariais Ltda ME;
- **Ata 076/2024:** quinze fornos micro-ondas de 30 litros e dez fogões de 4 bocas, com a empresa Sul Água Equipamentos Ltda;
- **Ata 077/2024:** dez liquidificadores, firmada com a empresa MC Comércio e Distribuição Ltda ME;
- **Ata 078/2024:** vinte purificadores de água natural e gelada, com a empresa RS Comércio e Serviço Ltda;
- **Ata 079/2024:** duzentos refis compatíveis com filtro purificador de água, firmada com a empresa SCMinas Comércio e Serviços Ltda;
- **Ata 080/2024:** quatro máquinas lustradoras de calçados, com a fornecedora Usibrilhe Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda.

2.9. Considerando a expiração do prazo da vigência das referidas atas, foram encaminhados e-mails aos fornecedores solicitando manifestação da prorrogação da ata. As respostas das empresas foram juntadas ao processo **19.30.1511.0000073/2024-34**, com os seguintes posicionamentos:

2.10. As empresas **Wadson Ribeiro de Freitas** (rotuladora eletrônica e ventiladores de coluna) ata 74/2024, **RS Comércio e Serviço Ltda** (purificadores de água) ata 78/2024 e **CB Eletro e Informática Ltda** (cafeteiras automáticas) ata 72/2024 manifestaram desinteresse na renovação;

2.11. Já as empresas **VLF Máquinas e Soluções Empresariais Ltda ME** (fragmentadoras - Ata 75/2024) e **Usibrilhe Ind. Com. Imp. Exp. Ltda** (lustradoras de calçados - Ata 80/2024), manifestaram interesse na renovação. Contudo, apenas a ata da VLF foi prorrogada, motivo pelo qual a aquisição de lustradoras de calçados será contemplada no processo dos eletrônicos.

2.12. Apesar de constar fragmentadora nesse processo, trata-se de uma fragmentadora diferenciada que corta em moléculas para atender a necessidade do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional-NIS, na qual devido particularidade do serviço prestado precisa de segurança do sigilo.

2.13. A empresa **Licitta Produtos Ltda** (Ata 71/2024), fornecedora de frigobares e refrigeradores, apresentou pedido de reequilíbrio econômico-financeiro. A solicitação foi deferida, permitindo a renovação contratual e assegurando o fornecimento desses itens por mais um ano com o termo aditivo da ata de registro de preços 071/2024.

3. ALINHAMENTO À ESTRATÉGIA

3.1. Aos Objetivos Estratégicos do PEI-MPTO-2020-2029:

3.1.1. A pretensa contratação alinha-se aos seguintes objetivos do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Tocantins (PEI-MPTO - 2020 - 2029), nos termos da Resolução CPJ n. 006, de 5 de agosto de 2020, do Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ):

a) Melhorar os resultados da atuação finalística promovendo infraestrutura adequada;

b) Aperfeiçoar o modelo de gestão, estimulando a formação contínua, valorizando o mérito e o trabalho integrado, garantindo a unidade institucional.

3.2 Previsão no PCA 2026

3.2.1. A presente demanda está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme exige a Lei nº 14.133/2021, com os seguintes dados abaixo:

| Identificador da Futura Contratação (PNCP) | N. DFD | Grupo/Classe Catmat/Catser | Descrição da Necessidade | Data Conclusão da Fase Externa da Contratação | Valor Total Estimado |
|--|----------|---|---|---|----------------------|
| 925892-16/2026 | 153/2025 | 7730 - FONÓGRAFOS, RÁDIOS E TELEVISORES DE TIPO DOMÉSTICO | Aquisição de eletrodomésticos | 02/04/2026 | R\$ 124.950,00 |
| 925892- 16/2026 | 153/2025 | 7310 - EQUIPAMENTOS PARA COZINHAR, ASSAR E SERVIR ALIMENTOS | Aquisição de eletrodomésticos | 02/04/2026 | R\$ 63.702,00 |
| 925892- 16/2026 | 153/2025 | 7510 - ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO | Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de copa e cozinha. Artigos para escritório. | 02/04/2026 | R\$ 35.271,00 |
| 925892- 16/2026 | 153/2025 | 4140 - VENTILADORES, CIRCULADORES DE AR E VENTOINHAS | Aquisição de eletrodomésticos | 02/04/2026 | R\$ 3.900,00 |
| 925892- 16/2026 | 153/2025 | 7490 - MÁQUINAS DIVERSAS PARA ESCRITÓRIO | Aquisição de eletrônicas | 02/04/2026 | R\$ 71.660,00 |
| | | 7320 - EQUIPAMENTO | Aquisição de gêneros alimentícios e | | |

| | | | | | |
|-----------------|----------|--|--|------------|------------------|
| 925892- 16/2026 | 153/2025 | S E APARELHOS DE COZINHA | materiais de copa e cozinha. Recipientes. | 02/04/2026 | R\$ R\$ 3.480,00 |
| 925892- 16/2026 | 153/2025 | 4610 - EQUIPAMENTOS PARA PURIFICAÇÃO DE ÁGUA | Aquisição de purificadores de água. Aquisição de mobiliário acessório classificado como material | 02/04/2026 | R\$ 38.380,00 |
| 925892- 16/2026 | 153/2025 | 7330 - UTENSÍLIOS E FERRAMENTAS MANUAIS DE COZINHA | Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de copa e cozinha. Utensílios e ferramentas. | 02/04/2026 | R\$ 8.400,00 |
| 925892- 16/2026 | 153/2025 | 6645 - INSTRUMENTOS PARA MEDIÇÃO DE TEMPO | Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de copa/cozinha, higiene e limpeza e expediente | 02/04/2026 | R\$ 15.600,00 |
| 925892-16/2026 | 153/2025 | 3520 - EQUIPAMENTOS PARA CONserto DE CALÇADOS | Aquisição de eletrodomésticos | 02/04/2026 | R\$ 8.280,00 |
| 925892- 16/2026 | 153/2025 | 4110- Equipamento de Refrigeração | Aquisição de eletrodomésticos | 02/04/2026 | R\$ 5.000,00 |
| 925892-16/2026 | 153/2025 | 7105- Mobiliário Doméstico | Aquisição de mobiliário, utensílios e acessórios. | 02/04/2026 | R\$ 48.400,00 |
| 925892- 16/2026 | 153/2025 | 7195- Mobiliários diversos e acessórios | Aquisição de mobiliário, utensílios e acessórios. | 02/04/2026 | R\$ 3.150,00 |
| | | 7110- Mobiliário para escritório | Aquisição de mobiliário, | | R\$ 7.000,00 |

| | | | | | |
|-----------------------------|----------|--|--------------------------|-----------------------|--|
| 925892- 16/2026 | 153/2025 | | utensílios e acessórios. | 02/04/2026 | |
| Valor Total Estimado | | | | R\$ 512.423,00 | |

3.3. Alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS)

3.3.1. O Plano de Logística Sustentável ainda não foi estabelecido pelo Órgão. Subsidiariamente, serão adotados os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IN SLTI-MPGO) n. 01/2010, em obediência ao que determina o art. 144, da Lei n. 14.133/21.

3.3.2. Assim, deverão ser observados, sempre que aplicável, requisitos ambientais, tais como:

a) a adoção pela empresa contratada de práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto da contratação, conforme previsto em lei;

b) o compromisso com o meio ambiente e o respeito à legislação ambiental pelos fabricantes dos itens objetos da aquisição;

c) Observância à Lei Federal n. 12.305/2010, ao Decreto n. 2.783/1998, Resoluções CONAMA n. 20/1994 e n. 267/2000.

d) Atendimento à Portaria Inmetro n. 430/2012 e Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2014, considerando que os produtos não podem conter nem fazer uso de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO) abrangidas pelo Protocolo de Montreal e nem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada pelo RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances).

e) Os bens fornecidos devem estar classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) vigente no período da aquisição.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

4.1.1. A solução será parcelada por item, nos termos do art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, o qual dispõe que deverá ser observado o parcelamento do objeto quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração.

4.1.2. O parcelamento mostra-se adequado por possibilitar maior competitividade entre os fornecedores, em observância aos princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

4.1.3. A adjudicação por item amplia a participação de empresas especializadas nos diferentes segmentos relacionados aos itens a serem adquiridos, favorecendo a economicidade e a eficiência administrativa, conforme diretrizes estabelecidas no art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

4.1.4. A divisão da contratação não compromete a padronização, a funcionalidade da solução ou a execução contratual, permanecendo preservado o interesse público e a adequada execução do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Descrição da solução como um todo propriamente dita

4.2.1. A solução proposta consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, visando à futura e eventual aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos para atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Tocantins (PGJ-TO).

4.2.2. A escolha da modalidade Pregão Eletrônico justifica-se por se tratar de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de

mercado. Além disso, essa modalidade assegura maior competitividade, transparência e celeridade ao certame, ampliando a disputa entre fornecedores e contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.2.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se adequada em razão da natureza dos itens a serem adquiridos, cuja demanda é variável e não pode ser previamente definida com exatidão. Esse sistema permite a contratação conforme a necessidade da Administração, ao longo da vigência da ata, evitando aquisições desnecessárias, reduzindo desperdícios e promovendo o uso racional dos recursos públicos.

4.2.4 Ademais, o Sistema de Registro de Preços contribui para a padronização dos bens, a racionalização dos processos de aquisição e a redução do número de procedimentos licitatórios, conferindo maior eficiência administrativa. Também possibilita maior agilidade no atendimento das demandas internas, especialmente no que se refere à reposição de equipamentos inservíveis ou ao suprimento de novas necessidades identificadas no âmbito institucional.

4.2.5 Dessa forma, a solução proposta mostra-se a mais adequada para atender às demandas da PGJ-TO, assegurando economicidade, eficiência, flexibilidade e conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

4.3. Forma de Seleção do Fornecedor

4.3.1. Para atendimento aos objetivos da contratação pública previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, a solução mais adequada para seleção do fornecedor consiste na realização de licitação na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, com utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) como procedimento auxiliar, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço, com vistas à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observados os princípios da eficiência, economicidade e competitividade.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos internos

5.1. Quando se tratar de equipamentos energéticos, a empresa deverá realizar a entrega do objeto de acordo com a voltagem do Estado do Tocantins, 220V.

5.2. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.3. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo.

5.4. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues.

5.5. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

5.6. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a contratada.

5.8. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

Requisitos Técnicos e de Sustentabilidade

5.9. Esta contratação observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental. Deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, atendendo aos critérios de sustentabilidade assim como os descritos abaixo, quando possível:

a) Observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia,

Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

b) Todos os produtos deverão possuir Selo PROCEL de Economia de Energia, classificação "A", seguindo as normas do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), estando, portanto, autorizados a ostentar a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme critérios estabelecidos pelo INMETRO.

c) Nos termos do Decreto n. 2.783/1998, e Resolução CONAMA n. 267/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

d) A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços; Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR), referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis.

Subcontratação:

5.10. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação:

5.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do serviço.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A contratada deverá garantir a qualidade dos equipamentos eletroeletrônicos fornecidos, comprometendo-se a substituí-los caso não atendam ao padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação e/ou montagem. Na substituição de itens defeituosos, a reposição deverá ser realizada por outro com especificações técnicas iguais ou superiores, mediante aprovação prévia da contratante, sem custo adicional.

Condições de Entrega

6.2. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias úteis, contados da data assinatura do instrumento contratual ou do recebimento da Nota de Empenho, se esta substituir o contrato, em remessa única, salvo se houver pedido formal de prorrogação devidamente justificado pela contratada e acatado pela Procuradoria-Geral de Justiça.

6.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.4. Os bens deverão ser entregues no no prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça, situada à Quadra 202 Norte, Conjunto 01, Avenida LO-4, Palmas-TO, ou nos Anexos I e II, em dias úteis e horário comercial, na presença de servidores devidamente autorizados.

Garantia, manutenção e assistência técnica:

6.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido no Código de Defesa do Consumidor ou descrito diretamente no item.

6.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante.

6.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6.11. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de notificação.

6.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

6.13. Na hipótese do subitem acima, o contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

6.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do contratado.

6.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Obrigações da Contratada

7.1.1. Executar o objeto da Contratação em conformidade com as especificações previstas neste instrumento, no Edital, na proposta comercial e no contrato, e de acordo com a legislação aplicável.

7.1.2. Confirmar o recebimento da nota de empenho.

7.1.3. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, ainda que parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

7.1.4. Manter, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preço e dos contratos que dela provierem, todas as condições de habilitação e qualificação no momento da contratação.

7.1.5. Responder por quaisquer danos ou prejuízos provenientes da execução irregular do contrato, correndo às suas expensas as correspondentes despesas de serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções durante ou após sua prestação.

7.1.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens ou serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

7.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto.

7.1.8. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos compatíveis com os serviços a serem executados.

7.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas em legislação específica.

7.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante.

7.1.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.1.12. Não permitir a utilização de trabalho de menores em desconformidade com a legislação.

7.1.13. Prestar os serviços contratados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância à boa técnica, normas e legislação.

7.2. Obrigações da Contratante (PGJ-TO)

7.2.1. Apresentar, na forma da legislação em vigor, os documentos e informações necessárias à execução do objeto da contratação;

7.2.2. Assegurar-se da boa prestação do fornecimento, exigindo o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada.

7.2.3. Rejeitar, com a devida justificativa, qualquer objeto fornecido em desacordo com as especificações e

obrigações assumidas pela Contratada.

7.2.4. Prestar por escrito todas as informações relacionadas ao fornecimento dos objetos que venham a ser solicitadas pela Contratada.

7.2.5. Registrar todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos objetos, adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

7.2.6. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades.

7.2.7. Receber e atestar a nota fiscal ou fatura emitida pela Contratada.

7.2.8. Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento dos materiais, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2.9. Efetuar as retenções tributárias devidas.

7.2.10. Aplicar as sanções administrativas, quando necessárias, observado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

7.2.11. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar o contrato.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei de regência, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A gestão e fiscalização do contrato será exercida, no que couber, pelas regras gerais estabelecidas no Capítulo VI (Da execução dos Contratos) da Lei n. 14.133/2021 e nos termos do Ato PGJ n. 018/2023 , publicada no DOMP n. 1658, de 30/03/2023.

8.3. As comunicações entre a PGJ-TO e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, e será exercida por servidores designados por ato da contratante, a quem incumbirá acompanhar a gestão e execução do objeto da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme ato interno específico.

8.4.1. Caberá ao Gestor do Contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e de acompanhamento da execução contratual, e dos atos preparatórios à instrução processual, ao encaminhamento da formalização dos procedimentos de competência da Área de Contratos, ao pagamento, à comunicação de ocorrência de infrações administrativas, à extinção dos contratos, dentre outros;

8.4.2. Caberá ao Fiscal técnico o acompanhamento do contrato para avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

8.4.3. Caberá ao fiscal administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais em relação às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como o controle das revisões, reajustes, repactuações, atesto e pagamento das faturas e providências tempestivas quando do inadimplemento do contratado;

8.5. O Gestor e Fiscais terão poderes para agir e decidir perante a contratada, inclusive rejeitando os objetos que estiverem em desacordo com o estipulado neste TR , na proposta e no Edital, com as Normas Técnicas estabelecidas para o objeto/serviço e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a contratada a assegurar e facilitar o acesso da Gestão e Fiscalização a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de seu encargo.

8.6. Das decisões do Gestor e Fiscais do contrato, poderá a contratada recorrer à contratante, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação.

8.7. A gestão e fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica

corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com a lei.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A contratada poderá ser responsabilizada administrativamente pelas infrações previstas no art. 155, da Lei n. 14.133/2021 e no artigo 3º, do Ato PGJ n. 0006/2025, de 5 de fevereiro de 2025, o qual dispõe sobre o processo administrativo sancionador e a aplicação de sanções administrativas aos licitantes e contratados no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins, ficando sujeita à aplicação das seguintes sanções, nos termos do artigo 4º, do Ato PGJ n. 0006/2025:

- 1) Advertência;
- 2) Multa;
- 3) Impedimento de licitar e contratar;
- 4) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2. A aplicação das sanções previstas no item 9.1, ocorrerá sem prejuízo de responsabilização civil, criminal ou outra prevista em lei específica.

9.3. A aplicação das sanções previstas no item 9.1, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

9.4. A apuração de infrações cometidas por licitante ou contratado e a aplicação das respectivas penalidades, será realizada mediante a prévia e regular instauração de Processo Administrativo Sancionador (Prads), no qual serão assegurados ao infrator o exercício dos princípios do contraditório e da ampla defesa, em conformidade com as normas contidas nos arts. 156 a 163 da Lei n. 14.133/2021, bem como o disposto no artigo 34 e seguintes do Ato PGJ n. 0006/2025.

9.5. Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao infrator, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

9.6. Advertência, por faltas de pequena relevância, consideradas estas o descumprimento de obrigações ou deveres que não impactem objetivamente a execução do contrato e não causem prejuízos ao MPTO (art. 156, I c/c § 2º, da Lei n. 14.133/2021 e art. 5º, § 1º do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.6.1. A aplicação da advertência será cabível somente para contratos vigentes ou contratos com garantia do objeto ainda em execução (art. 5º, § 2º do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.7. A multa compensatória, de natureza indenizatória, poderá ocasionar a extinção do contrato e será aplicada em caso de inexecução parcial até o limite de 20% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida (art. 155, I e II, Lei 14.133/2021 e art. 13, I, do Ato PGJ n. 0006/2025);

9.8. Para os contratos de fornecimento de bens, salvo disposição em contrário, consideram-se (art. 14, I do Ato PGJ n. 0006/2025):

I- inexecução parcial: atraso injustificado superior a 10 (dez) dias no cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas.

9.9. Para os contratos de prestação de serviço, com ou sem mão de obra, salvo disposição em contrário, consideram-se (art. 15, I, alíneas “a” e “b” do Ato PGJ n. 0006/2025):

I – inexecução parcial:

- a) o atraso superior a 3 (três) dias para início da execução contratual; ou
- b) a interrupção dos serviços definidos no contrato por 4 (quatro) dias seguidos ou 15 (quinze) dias intercalados no período de 12 (doze) meses.

9.10. A multa compensatória, de natureza indenizatória, poderá ocasionar a extinção do contrato e será aplicada em caso de inexecução total até o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato (art. 155, III, Lei 14.133/2021 e art. 13, II, do Ato PGJ n. 0006/2025);

9.11. Para os contratos de fornecimento de bens, salvo disposição em contrário, consideram-se (art. 14, II do Ato PGJ n. 0006/2025):

II – inexecução total: o atraso injustificado superior a 20 (vinte) dias no cumprimento da obrigação principal.

9.12. A definição do percentual dependerá da especificidade do objeto e do seu impacto no funcionamento do MPTO, conforme parâmetros definidos no edital ou no contrato (art. 13, parágrafo único, do Ato PGJ n. 0006/2025);

9.13. Multa moratória em razão do atraso na execução ou na entrega do objeto contratado sem motivo justificado; considera-se atraso justificado aquele decorrente de fato superveniente que impeça a execução ou a entrega do objeto no prazo estabelecido, comprovado por meio de documentos (art. 155, VII, Lei 14.133/2021 e art. 10, parágrafo único, do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.14. A multa moratória poderá ser de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, limitada a 10% (dez por cento), e calculada sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial, quando ensejar o atraso na execução ou na entrega do objeto contratado sem motivo justificado (art. 155, VII da Lei 14.133/2021 e art. 11 do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.15. A aplicação da multa moratória não impedirá a conversão em compensatória e a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Ato PGJ n. 0006/2025.

9.16. O cometimento de infrações durante o certame licitatório poderá ensejar a aplicação de multa nos seguintes percentuais (art. 18 e seguintes do Ato PGJ n. 0006/2025):

I - de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) a 5% (cinco por cento) pelas condutas de:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) pelas condutas de:

- a) não celebrar o contrato; ou
- b) não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de proposta comercial;

III - de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) pelas condutas de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento durante o certame;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.17. Impedimento de licitar e contratar com o estado do Tocantins será aplicado pelo prazo máximo de 3 (três) anos àquele que cometer infração administrativa, quando não se justificar a imposição de sanção mais grave (art. 23 e seguintes do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.18. O impedimento de licitar e contratar com o estado do Tocantins será aplicado quando o licitante ou contratado:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao MPTO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo prazo de até 3 (três) anos (art. 24, I do Ato PGJ n. 0006/2025);

II - der causa à inexecução total do contrato, pelo prazo de até 2 (dois) anos (art. 24, II do Ato PGJ n. 0006/2025);

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo de até 3 (três) meses (art. 24, III do Ato PGJ n. 0006/2025);

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo de até 6 (seis) meses (art. 24, IV do Ato PGJ n. 0006/2025);

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo de até 1 (um) ano (art. 24, V do Ato PGJ n. 0006/2025);

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, pelo prazo de até 6 (seis) meses (art. 24, VI do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.19. A conduta do inciso I, fica configurada quando o inadimplemento pela contratada for grave ou inescusável (art. 24, §1º do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.20. Enquadram-se na conduta do inciso III, os seguintes comportamentos, sem prejuízo de outros verificados no decorrer da licitação ou da execução do contrato (art. 24, §2º do Ato PGJ n. 0006/2025):

I - deixar de entregar documentação imposta pelo edital ou contrato;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do edital ou contrato;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no edital ou contrato.

9.21. Consideram-se enquadrados na conduta do item 9.7.1 inciso IV, sem prejuízo de outros verificados no decorrer da licitação ou execução do contrato (art. 24, §3º do Ato PGJ n. 0006/2025):

I - deixar de atender a convocações do agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o edital as amostras solicitadas pelo agente de contratação;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura de sessão do certame.

9.22. Declaração de inidoneidade, que terá prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, qualifica negativamente o licitante ou contratado e os impede de licitar ou de contratar com qualquer órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, de todos os entes federativos (art. 25, do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.22.1. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada quando o licitante ou contratado (art. 26, do Ato PGJ n. 0006/2025):

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, pelo prazo de até 4 (quatro) anos (art. 26, I do Ato PGJ n. 0006/2025);

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, pelo prazo de até 5 (cinco) anos (art. 26, II do Ato PGJ n. 0006/2025);

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, pelo prazo de até 5 (cinco) anos (art. 26, III do Ato PGJ n. 0006/2025);

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação pelo prazo de até 5 (cinco) anos (art. 26, IV do Ato PGJ n. 0006/2025);

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, pelo prazo de até 6 (anos) anos (art. 26, V do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.22.2. Considera-se a conduta do item inciso II, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou à indução de agentes públicos a erro (art. 24, §1º do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.22.3. Considera-se a conduta prevista no inciso IV, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento da licitação ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual (art. 24, §2º do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.22.4. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do Procurador-Geral de Justiça (art. 27, do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.23. Quando aplicadas as multas aqui previstas, mediante regular Processo Administrativo Sancionatório, o pagamento dos valores devidos será realizado e processado mediante a observância das regras estipuladas na Subseção V, do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.24. As sanções descritas nos (Advertência), (impedimento de licitar e contratar) e (Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista (multa), sendo que a aplicação de uma não exclui a de outra, nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal n. 14.133/2021, nos termos do disposto no art. 4º, §2º, do Ato PGJ n. 0006/2025.

9.25. Para a aplicação das sanções administrativas será observado o rito de instrução processual disposto no Capítulo III (Dosimetria), art. 28 a 33 do Ato PGJ n. 0006/2025, além dos princípios do contraditório e da ampla defesa, da razoabilidade e da proporcionalidade.

10. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente à nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a empresa deverá ser comunicada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Liquidação:

11.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos de ato interno específico.

11.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

11.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

Prazo de pagamento:

11.5. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

11.6. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária, ou outro índice que venha a substituí-lo.

Forma de pagamento:

11.7. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em favor da contratada, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela credora.

11.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Modalidade e Tipo de Licitação

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, para Registro de Preços, com fornecimento parcelado, adotando-se o critério de julgamento de menor preço por item, nos termos dos arts. 6º, XLI, 28, inciso I, e 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A adoção do julgamento por item mostra-se a mais adequada ao caso concreto, considerando a natureza divisível do objeto, a possibilidade de contratação individualizada dos itens e a ampliação da competitividade do certame, permitindo a participação de maior número de fornecedores, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte.

12.3. O critério de menor preço por item favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, na medida em que amplia a disputa entre os licitantes e evita restrições indevidas à competitividade decorrentes do agrupamento de itens de naturezas distintas.

12.4. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de ordem de fornecimento, observados os quantitativos estimados e a disponibilidade orçamentária.

Exigências de Habilitação

12.3. Habilitação Jurídica

12.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo território nacional;

12.3.2. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.3.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.3.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio oficial;

12.3.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.3.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.3.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

12.3.8. Procuração por instrumento público ou particular, com poderes específicos para representação no certame, quando os documentos não forem assinados por representante legal constante do ato constitutivo;

12.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações contratuais ou da consolidação respectiva, quando aplicável.

12.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

12.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;

12.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da contratação;

12.4.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n. 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da

Fazenda Nacional;

12.4.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos da legislação vigente;

12.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.4.6.1. Caso o fornecedor seja legalmente isento de tributos estaduais relacionados ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição mediante declaração emitida pela Fazenda competente de seu domicílio ou sede, ou outro documento equivalente, na forma da lei.

12.4.7. O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual - MEI, que pretenda usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, ficará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, quando aplicável.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 601.781,19 (Seiscentos e um mil, setecentos e oitenta e um reais e dezenove centavos.)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

| GRUPO | ITEM | UN | ESPECIFICAÇÃO | QTD | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL | CLASSE CATMAT | ITEM CATMAT |
|-------|------|----|---|-----|----------------|---------------|---|---------------------------|
| - | 1 | UN | TELEVISÃO - SMART TV - ULTRA HD 4K; POLEGADA 70. Exclusiva para ME e EPP. | 6 | R\$ 4.739,41 | R\$ 28.436,46 | 7730 - Fonógrafos, Rádios e Televisores de Tipo Doméstico | 603485 - Televisor 70 POL |
| - | 2 | UN | TELEVISÃO - SMART TV - ULTRA HD 4K; POLEGADAS 85. Exclusiva para ME e EPP. | 6 | R\$ 8.380,95 | R\$ 50.285,70 | 7730 - Fonógrafos, Rádios e Televisores de Tipo Doméstico | 460902 - Televisor 85 POL |
| - | 3 | UN | TELEVISÃO - SMART TV - ULTRA HD 4K; POLEGADAS 55. Exclusiva para ME e EPP. | 6 | R\$ 3.193,69 | R\$ 19.162,14 | 7730 - Fonógrafos, Rádios e Televisores de Tipo Doméstico | 611855 - Televisor 55 POL |
| - | 4 | UN | TELEVISÃO - SMART TV - ULTRA HD 4K; POLEGADAS 43. Exclusiva para ME e EPP. | 10 | R\$ 2.246,44 | R\$ 22.464,40 | 7730 - Fonógrafos, Rádios e Televisores de Tipo Doméstico | 479242 - Televisor 43 POL |
| | | | | | | | | 472935 - |

| | | | | | | | | |
|---|----|----|--|-----|--------------|---------------|---|--|
| - | 5 | UN | PEDESTAL PARA TV. Exclusiva para ME e EPP. | 40 | R\$902,17 | R\$ 36.086,80 | 7105 - Mobiliário doméstico | Suporte de videocassete/ televisão |
| - | 6 | UN | SUPORTE DE TV. Exclusiva para ME e EPP. | 40 | R\$438,98 | R\$ 17.559,20 | 7105 - Mobiliário doméstico | 472935 - Suporte de videocassete/ televisão |
| - | 7 | UN | CAFETEIRA AUTOMÁTICA ELÉTRICA INDUSTRIAL 6 LITROS. Exclusiva para ME e EPP. | 20 | R\$ 1.134,29 | R\$ 22.685,80 | 7310 - Equipamentos para cozinhar, assar e servir alimentos | 390148 - Cafeteira elétrica 6L |
| - | 8 | UN | ROTULADOR ELETRÔNICO PORTÁTIL. Exclusiva para ME e EPP. | 2 | R\$ 2.661,43 | R\$5.322,86 | 7510 - Artigos Para Escritório | 344733 - Rotulador 15 Un. Eletrônico |
| - | 9 | UN | FITA ETIQUETADORA. Exclusiva para ME e EPP. | 100 | R\$ 135,86 | R\$ 13.586,00 | 7510 - Artigos Para Escritório | 622188 - Fita Adesiva |
| - | 10 | UN | VENTILADOR DE COLUNA. Exclusiva para ME e EPP. | 10 | R\$ 314,21 | R\$ 3.142,10 | 4140 - Ventiladores , Circuladores de Ar e Ventoinhas | 470674 - Ventilador Tipo: Coluna |
| - | 11 | UN | FRAGMENTADORA DE PAPEL PROFISSIONAL. Exclusiva para ME e EPP. | 9 | R\$ 4.856,32 | R\$ 43.706,88 | 7490 - Máquinas diversas para escritório | 611787 - Fragmentadora de papel Metal/Plástico |
| | | | | | | | 7310 - | |

| | | | | | | | | |
|---|----|----|---|-----|--------------|---------------|---|---|
| - | 12 | UN | FORNO MICRO-ONDAS 30 LITROS. Exclusiva para ME e EPP. | 20 | R\$ 829,10 | R\$ 16.582,00 | Equipamentos para cozinhar, assar e servir alimentos | 445383 - Forno Microondas 30L |
| - | 13 | UN | FOGÃO 04 BOCAS. Exclusiva para ME e EPP. | 10 | R\$ 908,21 | R\$ 9.082,10 | 7310 - Equipamentos para cozinhar, assar e servir alimentos | 399202 - Fogão Gás, 4 bocas, Material: Chapa Aço |
| - | 14 | UN | LIQUIDIFICADOR. Exclusiva para ME e EPP. | 12 | R\$ 251,64 | R\$ 3.019,68 | 7320 - Equipamentos e aparelhos de cozinha | 607776 - Liquidificador Capacidade: 3L |
| - | 15 | UN | PURIFICADOR DE ÁGUA NATURAL E GELADA. Exclusiva para ME e EPP. | 20 | R\$ 1.515,36 | R\$ 30.307,20 | 4610 - Equipamentos para purificação de água | 357891 - Aparelho Purificador de Água, 2L, Tipo: Dupla Filtragem |
| - | 16 | UN | REFIL - FILTRO PURIFICADOR DE ÁGUA. Exclusiva para ME e EPP. | 200 | R\$ 42,14 | R\$ 8.428,00 | 4610 - Equipamento para purificação de água | 449088 Peças e Acessórios Purificador Água Aplicação: Purificador de Água Masterfrio, Tipo: Filtro Refil |
| - | 17 | M | MANGUEIRA, ATÓXICAS. | 200 | R\$ | R\$ | 4610 - Equipamentos para | 449088 Peças e Acessórios Purificador Água Aplicação: |

| | | | | | | | | |
|---|-----------|-----|--|----|--------------|---------------|--|--|
| | | | Exclusiva para ME e EPP. | | 18,14 | 3.628,00 | purificação de água | Purificador de Água Masterfrio, Tipo: Filtro Refil |
| - | 18 | UN. | CHALEIRA ELÉTRICA 3 LITROS. Exclusiva para ME e EPP. | 40 | R\$ 200,92 | R\$ 8.036,80 | 7330 Utensílios de Cozinha, Refeitório e Afins | 474941 Chaleira |
| - | 19 | UN. | DATADOR MANUAL INKJET PORTÁTIL. Exclusiva para ME e EPP. | 3 | R\$ 7.802,68 | R\$ 23.408,04 | 6645 Instrumentos para medição de tempo | 230188 Datador |
| - | 20 | UN. | CARTUCHO DE TINTA A BASE SOLVENTE PARA DATADOR INKJET. Exclusiva para ME e EPP. | 30 | R\$ 1.036,55 | R\$ 31.096,50 | 7490 Máquinas Diversas para Escritório | 356441 Carimbo Datador |
| - | 21 | UN. | PROJETOR MULTIMÍDIA PORTÁTIL. Exclusiva para ME e EPP. | 15 | R\$ 4.465,01 | R\$ 66.975,15 | 7490 Máquinas Diversas para Escritório | 446924 Projetor Multimídia |
| - | 22 | UN. | MÁQUINA DE POLIR CALÇADOS. Exclusiva para ME e EPP. | 4 | R\$ 3.101,67 | R\$ 12.406,68 | 3520 Equipamentos para conserto de calçados | 449997- Máquina de Polir Calçados |
| - | 23 | UN. | FRIGOBAR 120 LITROS. Ampla participação. | 45 | R\$ 1.922,54 | R\$ 86.514,30 | 4110 - Equipamento Para Refrigeração | 431266 - Frigobar 120L |
| | | | FRIGOBAR 120 LITROS. Cota de | | | | | |

| | | | | | | | | |
|-------------|----|--|--|----|--------------|---------------|--|-------------------------|
| - | 24 | UN. | 25% para participação de microempresa e empresa de pequeno porte (artigo 48, inciso III, da Lei Complementar n. 123/2006). | 15 | R\$ 1.922,54 | R\$ 28.838,10 | 4110 - Equipamento Para Refrigeração | 431266 - Frigobar 120L |
| - | 25 | UN. | QUADRO DE AVISOS. Exclusiva para ME e EPP. | 15 | R\$ 254,54 | R\$ 3.818,10 | 7195 Mobiliários diversos e acessórios | 613769 Quadro de Avisos |
| - | 26 | UN. | QUADRO BRANCO. Exclusiva para ME e EPP. | 20 | R\$ 360,11 | R\$ 7.202,20 | 7110 Mobiliário para escritório | 613732 Quadro Branco |
| Total Geral | | R\$ 601.781,19 (Seiscentos e um mil, setecentos e oitenta e um reais e dezenove centavos.) | | | | | | |

13.2. Trata-se de valor referencial com objetivo de certificar a existência de dotação orçamentária suficiente e, por conseguinte, corroborar com o entendimento de viabilidade da contratação.

13.3. Tal valor foi atualizado por meio de ampla pesquisa de mercado executada pela Área de Compras da PGJ-TO, conforme se verifica no Mapa de Preços juntado ao ID SEI 0327322.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual 2026, classificada na programação orçamentária a seguir:

Unidade Gestora: 07010 - Procuradoria-Geral de Justiça

Ação: 03.091.1170.10820000 - Adequações físicas e mobiliárias das unidades do Ministério Público.

Natureza da Despesa: 4.4.90.52 Equipamentos e material permanente e 3.3.90.30 - Material de consumo

Fonte: 0500 - Recursos Ordinários.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. INFORMAÇÕES GERAIS AOS FORNECEDORES

15.1. Os interessados poderão contactar a Comissão Permanente de Licitação pelo e-mail cpl@mpto.mp.br, ou a Área de Patrimônio do MPTO pelo telefone (63) 3216- 7683, para dirimir dúvidas e prestar os esclarecimentos necessários quanto ao objeto, bem como demais informações pertinentes.

ANEXO II

MODELO DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 4º, XI, IN RFB N. 1.234

(somente para a empresa vencedora, quando esta for optante pelo SIMPLES)

Ilmo. Sr. (autoridade a quem se dirige)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ n. DECLARA à (nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n. 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável

ANEXO III
MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2026.
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ABERTURA DA SESSÃO NO COMPRAS.GOV: __/__/2026.
HORÁRIO: __:__ HORAS.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ n. _____ e inscrição estadual n. _____, estabelecida no(a) _____, para atendimento do objeto destinado à **Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins**, em conformidade com o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO n. ____/2026.

Para tanto, oferecemos a essa Instituição o preço para o(s) item(ns) a seguir indicado(s), observadas as exigências e especificações de que tratam o **ANEXO I - Termo de Referência**, as quais serão atendidas e executadas:

| GRUPO | ITEM | DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO OBJETO | QTD | VALOR UNITÁRIO | VALORTOTAL |
|-------------|------|--------------------------------|-----|----------------|------------|
| | | | | | |
| | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | | |

A validade da presente proposta é de no mínimo **90 (noventa) dias corridos**.

Entregaremos os produtos conforme as exigências do **Anexo I**.

Informamos, por oportuno, que no preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o perfeito fornecimento do objeto, inclusive os encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto licitado, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Os dados da nossa empresa são os seguintes:

- a) Razão Social: _____
- b) CNPJ n.: _____ Insc. Estadual n.: _____
- c) Endereço: _____
- d) Fone: _____ E-mail: _____
- e) Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
- f) Banco _____ Agência n.: _____ Conta n.: _____

Os dados para assinatura da ARP são os seguintes:

- a) Nome do Representante legal: _____
- b) Carteira de Identidade n.: _____ CPF n.: _____
- c) Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____
- d) Cargo: _____ E-mail: _____ Fone: _____
- e) Endereço: _____
- f) CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Declaramos, para todos os fins, que a execução do objeto se dará de acordo com especificações definidas nesta proposta e respeitando o estabelecido em Edital e seus Anexos.

(OBS.: Acrescentar demais exigências para efeito de proposta, atendendo as solicitações em Edital).

_____, ____ de _____ de ____.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.

Pregão Eletrônico - SRP N. __/2026

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA (PGJ/TO)**, sediada na Quadra 202 Norte, Av. LO-04, Conj. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP. 77.006-218, Palmas/TO, inscrita no CNPJ n. 01.786.078/0001-46, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, _____, nomeado pelo Ato n. ____- NM, de de 20__, publicado no Diário Oficial n. _____, de de 20__, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO e a empresa _____, inscrita no CNPJ n. _____, neste ato representada por _____, daqui por diante denominada FORNECEDOR, com observância da Lei n. 14.133/2021, da Lei Complementar n. 123/2006, do Ato PGJ n. 073/2022, do Ato PGJ n. 016/2023, do Ato PGJ n. 066/2023, do Ato PGJ n. 006/2025, do Decreto n. 11.462 de 31 de março de 2023 e das demais condições estabelecidas no edital e seus anexos, resolvem firmar

a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente do Pregão Eletrônico acima referenciado, conforme as cláusulas seguintes.

1. OBJETO

1.1. Esta ata tem por objeto **AQUISIÇÃO FUTURA DE ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (PGJ-TO)**, de acordo com os termos e especificações contidos no edital do Pregão Eletrônico n. ____/2026 e seus anexos.

1.2. Vinculam esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição:

- a) Termo de Referência;
- b) Edital da licitação;
- c) Proposta do fornecedor;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, conforme as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| GRUPO | ITEM | DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO OBJETO | QTD | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|-------------|------|--------------------------------|-----|----------------|-------------|
| | | | | | |
| | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | | |

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciado é a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

3.2 Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A vigência da ata de registro de preço será de 1 (um) ano, contados a partir da divulgação no PNCP.

4.2 Será admitida a prorrogação, por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos. Em caso de prorrogação da ARP as quantidades dos itens serão renovadas conforme inicialmente licitadas.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Órgãos ou entidades que não tenha participado do certame poderão aderir à ata de registro de preços, observadas as condições estabelecidas no art. 31 do Decreto n. 11.462/2023.

5.1.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos do itens registrados na ata de registro de preços.

5.2 O quantitativo decorrente das adesões não excederá, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.3 A Administração poderá rejeitar adesões que possam acarretar prejuízo à execução de seus contratos ou a sua capacidade de gerenciamento.

5.4 Após a autorização, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.4.1 O prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado, excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

6. DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMOS

6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

7. DAS CONTRATAÇÕES

7.1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei n. 14.133/2021.

7.1.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto, deverá constar a indicação da disponibilidade orçamentária respectiva.

7.1.2. O instrumento contratual somente poderá ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

7.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar um exercício financeiro.

7.3. Os contratos decorrentes desta ata poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

8. DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO OBJETO

8.1. O regime de execução será conforme o estabelecido no Termo de Referência.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A gestão e a fiscalização dar-se-ão conforme estabelecido no Termo de Referência.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado conforme o estabelecido no Termo de Referência.

11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. Das obrigações do Órgão Gerenciador (PGJ-TO)

11.1.2. As obrigações do Órgão gerenciador dar-se-ão conforme estabelecido no Termo de Referência.

11.2. Das obrigações do Fornecedor

11.2.1 As obrigações do Fornecedor dar-se-ão conforme estabelecido no Termo de Referência.

12. DA ALTERAÇÃO E DO REAJUSTE DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente ajustado, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei n. 14.133, de 2021;

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei n. 14.133, de 2021.

12.2. Os preços registrados serão reajustados após 12 (doze) meses, contados a partir da data do Mapa de Preços, 11/05/2026, observada a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro indicador que venha substituí-lo.

13. DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1. Na hipótese do preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado por motivo superveniente, o fornecedor será convocado para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, serão convocados os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a Administração procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao registrado e o fornecedor não poder cumprir

as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.2.2. Na hipótese de não comprovação da ocorrência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n. 14.133/2021, e na legislação aplicável.

13.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do subitem anterior, a Administração convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, ocasião em que se procederá à sua habilitação.

13.2.4. Comprovada a majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o preço registrado será atualizado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O registro de preços será cancelado, garantidos o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

I - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar manter o preço registrado, na hipótese de indeferimento de pedido de aumento em que não comprovar a existência de fato superveniente;

IV - Sofrer as sanções de impedimento e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

14.1.1. Na hipótese prevista no inciso IV do item anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, a Administração poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.2. Na hipótese de cancelamento do registro de preços do fornecedor, os licitantes que compõem o cadastro de reserva poderão ser convocados, observada a ordem de classificação.

14.3. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - Por razão de interesse público;

II - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

III - Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto n. 11.462/2023.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. As infrações e sanções administrativas dar-se-ão conforme estabelecido no Termo de Referência.

16. DO FORO:

16.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente desta Ata de Registro de Preços, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Palmas, no Estado do Tocantins, com exclusão de qualquer outro.

16.2. A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do ÓRGÃO GERENCIADOR e do FORNECEDOR acima qualificados, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO n. ____/____ CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA

_____.

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, com sede na Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Avenida LO-4, Plano Diretor Norte, em Palmas/TO, inscrita no CNPJ n. 01.786.078/0001-46, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, _____, nomeado pelo Ato - _____ de ____ de _____ de _____, publicado no DOE n. _____ de ____ de _____ de _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ n. _____, representada neste ato por _____, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o Processo Administrativo n. _____, e em observância à Lei n. 14.133/2021, à Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, do ato normativo 016/2023, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. ____/____, mediante as disposições das cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (PGJ-TO)**, conforme quantitativos e especificações descritos no Termo de Referência - Anexo I.

1.2. Especificação do objeto:

| GRUPO | ITEM | DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO OBJETO | QTD | VALOR UNITÁRIO | VALORTOTAL |
|-------------|------|--------------------------------|-----|----------------|------------|
| | | | | | |
| | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | | |

1.3. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência, o Edital da Licitação, a Proposta do Contratado e Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 180 (cento e oitenta) dias, contados do primeiro dia útil da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.2. A divulgação da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas-(PNCP), condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme art. 94 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, do objeto ora licitado, sem expressa anuência da PGJ-TO.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor da aquisição é de R\$..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo e os critérios de pagamento ao contratado, e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do mapa de preço, em 11/05/2026.

7.2. Em caso de futuro reajustamento contratual, será adotado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como índice de reajuste.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante (PGJ-TO)

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de até 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 90 dias.

8.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em

decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.11. Demais obrigações previstas no Termo de Referência.

8.2. São obrigações do Contratado:

8.2.1. Entregar o objeto, no prazo previsto no Termo de Referência, e, se for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

8.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990).

8.2.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

8.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n. 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

8.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.2.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, pela contratante, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do contratado;
- d) certidão de Regularidade do FGTS - CRF;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

8.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.2.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.2.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.2.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

8.2.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n. 14.133, de 2021).

8.2.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.2.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

8.2.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.2.16. Demais obrigações previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA- GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

10.1. Conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

11.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.1.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.1.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o subitem acima ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei n. 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. Na hipótese acima, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n. 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade:

II - Fonte de Recursos:

III - Programa de Trabalho:

IV - Elemento de Despesa:

V - Nota de Empenho:

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [n. 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei n. 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021](#).

14.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei n. 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- FORO ([art. 92, § 1º](#))

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Palmas - TO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei n. 14.133/21](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Azevedo Rocha, Pregoeiro**, em 18/06/2026, às 14:32, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpto.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0525112** e o código CRC **A5FE1EBA**.

19.30.1511.0000376/2025-95

Quadra 202 Norte, Av. LO 4, Conj. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-218, Palmas/TO.

Telefone: (63) 3216-7600